



# Diário Oficial

## CIDADE DE SÃO PAULO

**D.O.C.;** São Paulo, 66 (67), sexta-feira, 9 de abril de 2021

Afirma ainda que bebês não usam máscara, criança é afetiva, quer se aproximar, não tem condição deixar cada criança em seu quadrado com um pacotinho de brinquedos. Poucas crianças estão indo para a escola, 3% da rede já registra mortes, mas isso porque estão em greve, caso não estivessem, o número seria bem maior.

Kezia Alvez (pertence à Coordenação do CRECE - Conselho Regional de Representantes dos Conselhos de Escola Geral – representa as famílias das escolas municipais e estaduais de São Paulo): Diz que é preciso levar em consideração o lugar de fala de cada um. O movimento de escolas abertas é composto por mães de escolas de alto padrão que podem ser atendidas por hospitais como o Einstein. Afirma, portanto, que a luta do CRECE e demais entidades é para melhorar o ensino remoto, discussão que já deveria estar encerrada. As famílias declaram que preferem ter os filhos vivos e sem educação, sem diploma, do que um filho diplomado e morto. Declara que é preferível ter os filhos formados aos 20, aos 30, aos 60 anos, não importa, o que importa é estarem vivos. Também preferem que os pais e avós fiquem vivos e que os alunos declaram também não quererem voltar para a escola.

Kezia diz que parece que os seres humanos, tanto os governantes como a própria população, estão achando normal morrerem mais de 1800 vidas por dia por COVID. Expressa estarmos em um movimento de desumanização sem precedentes. Também ressalta que enquanto existir a necessidade de diálogo com a comunidade escolar, só o Conselho Escolar pode falar pela escola. Movimentos X, Y, Z são sabidos quais são seus interesses, não são os interesses da escola pública, de pais e de alunos.

Expressa que gostaria que o Comitê fizesse a diferença como fez no ano passado. Não são a favor de escola fechada, mas sim que estudantes tenham condição de estudo e afirma que abrir para 35% dos estudantes é exclusão.

Também expressa sua indignação com relação ao prefeito que está lutando contra uma doença tão grave não demonstrar empatia com a vida de outras pessoas.

Indaga onde estão os psicólogos e psiquiatras para cuidar da população? Porque não estão atendendo? Porque não existe a ampliação da rede de atendimento à saúde mental? Salienta que não é a escola quem vai cuidar disso.

Claudio Carvalho (Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar): Diz que neste momento é possível avaliar o que foi certo e o que foi errado no ano passado. Rememorou que em julho do ano passado estava-se falando em volta às aulas, justamente na fase vermelha da pandemia.

Com relação à segurança alimentar, muitos alunos ainda não receberam o cartão alimentação e também não conseguem ajuda pois os equipamentos de atendimento ao público da prefeitura estão fechados e o sistema dos sites não funcionam a contento.

Salienta que os profissionais estão ficando doentes com aulas online devido à sobrecarga de aulas e cursos. Deu como exemplo os profissionais que tiveram que realizar tratamento psicológico devido a esta dinâmica.

Ressaltou que o papel do Poder Legislativo é fiscalizar os atos do governo.

Declarou ainda que os profissionais de educação não têm adicional de periculosidade por se arriscarem a pegar o COVID. Seria importante, segundo Claudio, que este Comitê fizesse avaliação para saírem propostas sobre os temas debatidos.

Falou sobre o erro da medida de segurança alimentar tomada pela prefeitura: distribuição de marmixes sem consultar o Conselho de Alimentação. Isso gerou acúmulo de lixo e não foi eficiente. Neste caso, o Conselho Alimentar interveio e hoje está dando certo.

Finalizou declarando que a volta às aulas nesta fase vermelha é inadmissível.

V. Sonaira (Republicanos): Pediu a palavra para fazer uma observação à fala de Rosana. Disse que quanto às visitas a escolas por parte dos parlamentares, ela mesma teve dificuldades, sendo que sua assessora tentou fazer o agendamento e não conseguiu. Fizeram, então, um protocolo para que reconheçam o que deve ser feito a fim de se evitar constrangimentos. Expressa que o prefeito tem feito algo desastroso com as escolas também quando tomou a decisão da suspensão do brásão nos uniformes.

V. Eliseu Gabriel (PSB): Afirma que amanhã (dia 10/03/2021) será falado na Reunião da Comissão de Educação a respeito do protocolo de visitas às escolas.

Maciel Nascimento (SINDSEP – Sindicato dos servidores municipais de São Paulo): Afirma que a greve é legítima, que é feita a favor da vida, em defesa das famílias. Diz que não são números, mas sim nomes. As lutas das escolas estão acontecendo a todo momento. Lembra que acabou de sair uma sentença que configura uma vitória buscada pelos institutos e sindicatos que é a não presença nas salas de aula. Pede que sejam considerados dois requerimentos:

1 – Audiência Pública na Comissão de Educação para se debater a volta às aulas com a presença do secretário da SME.

2 – Que seja aprovado pelo Comitê Emergencial da Educação ou pela Comissão de Educação o pedido de levantamentos dos números de janeiro, fevereiro e março. Maciel disse que a SPDM é uma empresa que presta muitos serviços ao município e que não divulgou ainda seu levantamento de número de infectados.

V. Cris Monteiro (NOVO): Expressa que nesta reunião são todos favoráveis à greve e às escolas fechadas. Disse ser imprescindível ouvir o contraditório. Afirma que o Brasil é o único país do mundo que permanece com as escolas fechadas.

V. Eliseu Gabriel (PSB) encerra a reunião e conclui que é necessário uma reunião com o Secretário Municipal de Educação. Listou os encaminhamentos e conclusões desta reunião:

- Revisitar o protocolo de visita de Vereadores e outras autoridades às escolas
- Atentar para o fato do protocolo sanitário nas escolas ser limitado, cada escola possui uma realidade própria
- Realizar Audiência Pública para debater a volta às aulas
- Considerar como está sendo realizada a limpeza nas escolas
- Levantamento de dados do número de infectados nas escolas e demais membros.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas. Para constar, eu, Rafael Robles Godoi, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros presentes e por mim subscrito.

## SECRETARIA DA CÂMARA

### PRESIDÊNCIA

PORTARIA 3310/21

EXONERANDO, a pedido, THAMIRES BRUNA SANTOS SILVA, registro 230194, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE DA MESA DIRETORA, referência QPLC-4, do Gabinete da Presidência, a partir de 07 de abril de 2021.

PORTARIA 3311/21

NOMEANDO GISELIA DE FRANCA SILVA MATOS, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, referência QPLC-6, no Gabinete da 1ª Vice-Presidência.

### MESA DA CÂMARA

PORTARIA 12658/21

TORNANDO sem efeito a Portaria 12656/21 que nomeou GISELIA DE FRANCA SILVA MATOS, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, no 30º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 12659/21

NOMEANDO ANTONIO DIAS BARROSO, para exercer, em comissão, o cargo de COORDENADOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-8, no 8º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 12660/21

NOMEANDO FERNANDA MARIA DE LIMA GALDINO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, referência QPLCG-5, no 25º Gabinete de Vereador.

### SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA

#### ABONO DE PERMANÊNCIA

Carla Oliveira Santos Mariano – RF 11088 – Proc. 61/21

À vista das informações prestadas pela Secretaria de Recursos Humanos e com base no Parecer nº 0029/2021 da Procuradoria, DEFIRO o pedido de concessão do abono de permanência requerido por Carla Oliveira Santos Mariano, registro funcional nº 11088, a partir de 03/03/21, por ter cumprido os requisitos para a aposentadoria voluntária previstos no art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, nos termos do art. 4º da Lei nº 13973/05 e do art. 13, §1º, do Decreto Municipal 46860/05.

#### ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Irandina de Oliveira – RF 10695 – Proc. 970/19

À vista das informações prestadas pela Secretaria de Recursos Humanos, bem como do quanto consubstanciado no Laudo Médico Pericial nº 10944085, expedido pelo COGESS – Coordenação de Gestão de Saúde do Servidor da Prefeitura do Município de São Paulo, às fls. 10, AUTORIZO a isenção do Imposto de Renda, sem alteração da incidência da contribuição previdenciária de Irandina de Oliveira, RF 10695, nos moldes da legislação em vigor atinente à matéria, devendo a servidora ser reavaliada após um período de 10 (dez) anos contados a partir da data do diagnóstico da patologia.

### SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

#### CERTIDÃO

Elizete Aparecida Rossoni Miranda - TID 19167343

Ricardo Luiz Alvarez Ferreira

Deferido. Providenciadas as certidões solicitadas ficando à disposição dos interessados em SGA-15, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

### PROCURADORIA DA CÂMARA

Em cumprimento ao Ato nº 592/97, com as alterações do Ato nº 839/04, A PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, comunica:

**Ação Direta de Inconstitucionalidade – 2252821-36.2018.8.26.0000.**

O E. Tribunal de Justiça de São Paulo, através do C. Órgão Especial, por votação unânime, julgou procedente a ação, com efeitos 'ex tunc', declarando inconstitucional o artigo 7º da Lei do Município de São Paulo nº 16.211, de 27 de maio de 2015, que alterava o artigo 21, inciso I, da Lei nº 13.241/2001, para ampliar o prazo contratual dos contratos de concessão dos serviços de transporte coletivo da Capital de 15 (quinze) para 20 (vinte) anos. O referido acórdão foi confirmado, por unanimidade, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão que transitou em julgado em 17/09/2020."

## AGENDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**DIA 09 DE ABRIL DE 2021 – SEXTA-FEIRA**

10:00 - 12:00

Audiência Pública Virtual da Comissão Extraordinária de

Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Tema: "Quem tem Fome, tem Pressa: Políticas de Segurança Alimentar na Cidade de São Paulo"

Auditório Virtual

Erika Hilton - PSOL

## TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Conselheiro João Antônio

## GABINETE DO PRESIDENTE

### PORTARIA EXPEDIDA PELO PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 159/2021**

**Dispõe sobre a prorrogação da suspensão dos prazos e da tramitação de processos físicos e dá outras providências.**

**JOÃO ANTONIO, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,**

**CONSIDERANDO a continuidade da gravidade da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) na Cidade de São Paulo, com o significativo número de casos de internações e o comprometimento do sistema público de saúde;**

**CONSIDERANDO a necessidade de maior esforço no sentido da redução da presença de servidores e cidadãos paulistas na Sede do Tribunal,**

#### RESOLVE:

**Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 116, de 10 de março de 2021, assim como os prazos previstos em seus artigos 1º e 2º, até 30 de abril de 2021.**

**Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.**

**a)JOÃO ANTONIO – Presidente**

## PORTARIAS DA SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA

### PORTARIA EXPEDIDA PELO SUBSECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

Port. 158/2021 – Designando Rafael Peçanha Waissman, reg. TC 20.223, para substituir Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim na Função Gratificada de Supervisor de Equipes de Fiscalização e Controle 15, FG-4, constante do Anexo IV, Tabela "A", da Lei 13.877/2004, alterado pela Lei 16.419/2016, por motivo de licença médica, a partir de 24.3.2021.

## DESPACHOS DO SECRETÁRIO GERAL

### DESPACHO DO SECRETÁRIO-GERAL

AUXÍLIO-FUNERAL – DEFERIDO

TC 2314/2021 – Regina Maria de Oliveira Freitas - pelo falecimento de Alberto Dimas de Freitas.

## DESPACHOS DO EXMO. SR. CONSELHEIRO/INTIMAÇÃO

### DESPACHO DO EXMO. SR. CONSELHEIRO EDUARDO TUMA

**TC nº 003776/2019**

**Assunto:** Acompanhamento – Contrato de Gestão - Gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades da Rede Assistencial dos Distritos Administrativos Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa da Supervisão Técnica de Saúde Mooca/Aricanduva em consonância com as políticas de saúde do SUS e diretrizes de SMS. (Análise do CG 003/2015 e TAs 01/2015 a 14/2018) Proc. Externo 2014-0.337.116-0

**Destinatários:** Exmos. Srs. Edson Aparecido dos Santos-Secretaria Municipal da Saúde, Wilson Modesto Pollara, José de Filippi Junior-Ricomini Advogados Associados Advogado: Roberto Ricomini Piccelli – OAB/SP 310.376, Sandra Rodrigues Fernandes, Ronaldo Andrade, José Roberto Abdalla, Aurélia Conceição de Oliveira Argentonni, Sulei de Queiroz Roxo, Ronaldo Ramos Laranjeira, Daniel Simões de Carvalho Costa, Alexandre Rocha Santos Padilha- Lovato Advogados Associados Advogado: Antonio Pedro Lovato – OAB/SP 139.278 e Célia Cristina Pereira Bortoletto.

À Unidade Técnica de Ofícios,

1 - DETERMINO, a expedição de os Ofícios à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, na pessoa de seu SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE e para e os responsáveis listados nas fls. 52,53 e 54 d aêga 6 dos autos ( José de Filippi Junior Secretário Municipal de Saúde à época - Ronaldo Ramos Laranjeira Diretor Presidente da Contratada - Ordenador da Despesa: Sandra Rodrigues Fernandes Coordenadora do Núcleo Técnico de Contratação de Serviços de Saúde (NTCSS) - Alexandre Rocha Santos Padilha Secretário Municipal de Saúde à época - Ronaldo Ramos Laranjeira Diretor Presidente da Contratada - Ordenador da Despesa - Celia Cristina Pereira Bortoletto Secretária Adjunta Daniel Simões de Carvalho Costa Chefe de Gabinete SMS: Wilson Modesto Pollara Secretário Municipal de Saúde à época Ordenador da Despesa: Ronaldo Andrade Coordenador do Núcleo Técnico de Contratação de Serviços de Saúde (NTCSS) 527.912-7: José Roberto Abdalla Coordenador Regional de Saúde Sudeste 508.488.1-2 Secretário: Edson Aparecido dos Santos Secretário Municipal de Saúde à época Aurelia Conceição de Oliveira Argentonni Coordenadora Regional de Saúde Sudeste em exercício à época. dando-lhes ciência do inteiro teor das conclusões alcançadas pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle e pela Assessoria Jurídica de Controle Externo, nos autos do Acompanhamento de Execução Contratual do Contrato de Gestão no R003/2015-SMS.G/NTCSS, firmado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e pela organização social Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), cujo objeto é o gerenciamento e a execução de ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão de Saúde (STS) Mooca/ Aricanduva, com período de vigência de 08.05.15 a 07.05.20 e valor inicial para 12 meses de R\$ 33.746.995,56. para que, caso desejem, apresentem manifestação em **15(quinze) dias**. O Ofício deverá ser acompanhado dos documentos (54, 56 e 57) dos autos.

### DESPACHO DO EXMO. SR. CONSELHEIRO MAURICIO FARIA

**TC nº 16.385/2020**

Trata-se de Representação interposta por Edulab Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda. em face do edital de Pregão Eletrônico nº 73/SME/2020, cujo objeto consiste na aquisição de solução de robótica educacional, em atendimento ao Currículo da Cidade e ao Programa Robótica Criativa.

A Representação aduziu, em síntese, os seguintes pontos:

- Que apesar da realização de pregão eletrônico, as peças que compõem o kit são ofertadas com exclusividade pela empresa Dual System Produtos e Serviços Ltda., que fornece as peças da marca ATTO e que estas se encontram cobertas por Desenho Industrial, o que por si só limita a competitividade do certame;
- Que está demonstrada a inviabilidade de competição e que a Prefeitura de São Paulo já adquiriu, noutras ocasiões, os mesmos kits de robótica da referida empresa Dual System por inexigibilidade de licitação (anexa publicações dos anos de 2015, 2016 e 2017);
- Que estaria havendo uma simulação de processo licitatório com finalidade de direcionar e superfaturar a contratação; que haveria a opção de utilizar as especificações usuais do mercado, para possibilitar a ampla competitividade, citando, inclusive, marcas como Lego, Engino, Modelix e outras.

A seguir, tendo em vista o momento do recebimento da Representação e, ainda, considerando a necessidade de análise por parte da Auditoria, bem como da inexistência de urgência para realização da licitação no dia 23/12/20 do objeto em questão, determinei, com fundamento no poder geral de cautela, a suspensão do certame, com intimação da Secretaria Municipal de Educação, ciência ao Conselheiro Presidente, na condição de plantonista durante o período de recesso deste Eg. Tribunal. e ao Representante.

Transcorreu in albis o prazo para manifestação da Origem. Conforme Peça 18, a decisão de suspensão foi referendada pelo Pleno na 3127ª Sessão Ordinária.

A seguir, determinei fosse reiterada a intimação, por ofício, da Secretaria Municipal de Educação, prazo este que também transcorreu in albis, retornando os autos a esta Relatoria. É o relatório.

#### DECISÃO

Após o transcurso do segundo prazo dado à SME, retornaram os autos a esta Relatoria. Nesta ocasião, verificou-se a publicação de decisão de revogação do certame pela Origem no Diário Oficial da Cidade em 19/03/2021, página 63, nos termos a seguir:

DESPACHO DO COORDENADOR SME/COMPS 6016.2020/006783-0 - SME/COPED/NTC/TPA - Núcleo de Tecnologias para a Aprendizagem - Revogação de procedimento licitatório - Pregão Eletrônico no 73/SME/2020. I - À vista dos elementos que instruem este processo, notadamente o contido na Nota Técnica de SME/COMPS/NLIC (documento SEI no 041036191) e no Parecer da SME/AJ (documento SEI no 041120788), que adota como razão de decidir, e no uso da competência delegada pela Portaria SME no 5.318/2020, REVOGO, com fundamento no artigo 49, da Lei 8.666/93, o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico no 73/SME/2020, objetivando a aquisição de SOLUÇÃO DE ROBÓTICA EDUCACIONAL, em atendimento ao Currículo da Cidade e ao Programa Robótica Criativa.

Diante disso, nos termos do art. 56, § 5º do Regimento Interno desta Casa, **determino o arquivamento desta Representação.**

### DESPACHO DO EXMO. SR. CONSELHEIRO

#### ROBERTO BRAGUIUM

**TC nº 5381/2021**

**Assunto:** Representação. COMUNICADO CONJUNTO 01/2021 SGM/SEPEP/CPE, SF/COPLAN, SMSUB/GAB E SMUL/GAB. Programa de Metas de 2021-2024.

**Destinatários:** Exmos. Srs. Vereadores Eduardo Suplicy, Erika Hilton, Alessandro Guedes, Alfredinho, Toninho Vespoli, Antonio Donato, Arselino Tatto, Celso Giannazi, Elaine do Quilombo Periférico, Jair Tatto, Juliana Cardoso, Luana Alves, Senival Moura, Sílvia Ferraro

À Unidade Técnica de Ofícios

I - Trata-se de Representação interposta pelos Excelentíssimos Vereadores Eduardo Suplicy, Erika Hilton, Alessandro Guedes, Alfredinho, Toninho Vespoli, Antonio Donato, Arselino Tatto, Celso Giannazi, Elaine do Quilombo Periférico, Jair Tatto, Juliana Cardoso, Luana Alves, Senival Moura, Sílvia Ferraro, questionando a proposta do Governo Municipal de que as Audiências Públicas sejam realizadas à distância, por meio da plataforma zoom ou Microsoft Team, conforme o calendário e procedimentos divulgados por meio do COMUNICADO CONJUNTO 01/2021 SGM/SEPEP/CPE, SF/COPLAN, SMSUB/GAB E SMUL/GAB, publicado no último dia 11 de março no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, visando a atender à Lei Orgânica do Município de São Paulo e ao Programa de Metas de 2021-2024 ainda não apresentado pela gestão.

II - Aduzem os Excelentíssimos Vereadores o que referido Comunicado padeceria de vícios de participação social e pugnam para que o Tribunal atue para garantir essa participação, reconhecendo que as audiências virtuais propostas pela Prefeitura Municipal não tem o condão de satisfazer o quanto previsto no parágrafo 2º do artigo 69-A da sua respectiva Lei Orgânica, bem como para que a Prefeitura seja instada a realizar Audiências Públicas regionalizadas, de forma presencial, após o fim do estado de emergência e não seja considerado concluído o Programa de Metas até que ocorram essas audiências públicas regionais.

III - Encaminhados os autos para a Assessoria Jurídica de Controle Externo – AJCE para manifestação, dentre suas análises consignou que um dos requisitos da Representação é a comprovação de documentos constitutivos de prova ou indícios de ilegalidade ou irregularidade e que tal análise se confunde, muitas vezes, com o próprio mérito da alegada irregularidade objeto de Representação, o que acaba por recomendar a manifestação da Pasta previamente à conclusão da própria análise de admissibilidade – afinal, se o fato narrado não é irregularidade propriamente dita, não estaria presente requisito de admissibilidade, o que permitiria o arquivamento da Representação "in limine", nos termos do §1º do art. 56 do RITCM.

IV – Após terem formulado o Pleito nesta Corte, verificasse que os mesmos subscritores da Representação apresentaram Projeto de Lei 201/2021, que foi lido em Sessão Plenária da Câmara Municipal de São Paulo, na data de 07.04 p.p., nos termos da publicação no DOC de 08.04, com o objetivo de dar outro tratamento legislativo ao artigo 69-A da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a fim de compatibilizar a participação social em função da situação de emergência, o que resulta no entendimento de que não estão presentes indícios de ilegalidade, isso porque se faz necessário alterar a legislação e, assim, deixa de preencher um dos requisitos do dispositivo regimental de admissibilidade.

V - Pelo exposto, com base nos argumentos acima expostos, **INDEFIRO** o processamento da Representação, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 56 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

#### INTIMAÇÃO 782/2021

**Intimado:** SS Construtora Comércio e Serviços de Construção Civil Ltda. CNPJ: 07.460.200/0001-76

**Processo TC nº 007878/2019**

**Assunto:** Representação – Representação em face do Pregão Eletrônico nº 19/SMSUB/COGEL/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de conservação de pavimentos viários - "tapa-buracos", por tonelada, através equipes, com aplicação de concreto asfáltico e emulsão da pintura de ligação, com caminhão de caçamba térmica e controle digital. Proc. Externo 6012.2019/0002346-8

Prezados Senhores

Comunico que foi prolatado Acórdão na Sessão Ordinária nº 3.090, em 13/05/2020, cuja ata foi publicada no DOC de 09/10/2020, pág(s). 86-94, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de Representação acima indicado. Por fim, solicito especial atenção para as informações complementares que podem ser acessadas na página inicial do Portal do TCMSP \> Processos \> Informações Complementares (ofícios e intimações).

Os autos permanecerão à disposição para extração de cópias na Unidade Técnica de Cartório, Cadastro e Arquivo deste Tribunal. (a)Roseli de Moraes Chaves – Subsecretária-Geral.